

Mulheres na Polícia Militar

Ana Cristina Conceição *

O ingresso da mulher no mercado de trabalho muito se deveu a ida de homens para a guerra, o que significou que elas deveriam assumir o controle da família. Até então o acesso à escola, trabalho formal e tantos outros direitos civis ou políticos lhe eram negados. Foi a partir do século XX que se deu a superação, com o trabalho extra doméstico, educação e voto. O que se percebeu foi que elas deixaram de atuar no espaço privado para atuar no espaço público como operárias de fábrica, chefes de família e até mesmo auxiliares do exército. Uma contribuição decisiva para a participação dessas mulheres no mercado de trabalho foi o maior peso econômico dado ao orçamento familiar, o que implicou na sua aceitação como colaboradora na sua composição. Este fato também facilitou na consciência da igualdade da capacidade de gêneros no mercado de trabalho, liberdade, responsabilidade e aumento da auto-estima dessas mulheres.

A Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro teve um lento processo de incorporação da mão-de-obra feminina em seu efetivo. Ocorreu a partir do final da década de 70 e início da década de 80, como na maior parte dos estados brasileiros. Este evento ocorreu através da implementação da Lei 746, de 11 de novembro de 1981, que permitiu a criação da Companhia de Polícia Militar Feminina. A este grupo caberia a responsabilidade do policiamento de trânsito, trato com crianças e adolescentes. Em 1982, entrava a primeira turma de soldados policiais femininas composta por 150 mulheres. A partir de 1983, foram incorporadas 14 cadetes que seriam as primeiras oficiais da Corporação. Atualmente, elas estão presentes tanto no quadro de combatentes quanto no quadro da saúde.

Apesar de ter havido uma abertura para a presença das mulheres neste setor profissional predominantemente masculino, não houve mudança nas relações de gêneros, mudança na definição dos papéis que até então eram culturalmente definidos como de homens e mulheres. Seria necessário que se percebesse o verdadeiro lugar da mulher nesta instituição, perceber suas particularidades e possibilidades de participação e colaboração, não apenas sua inserção como forma de acompanhar uma evolução da sociedade contemporânea.

O que prevalecia era a visão então partilhada popularmente de que a atuação policial militar era uma atividade fisicamente exigente, arriscada e de contato com situações de violência em ambientes socialmente desvalorizados. Acreditava-se que era uma atividade adequada apenas para aqueles mais “dispostos” fisicamente, com mais coragem. Qualidades essas comumente associadas à masculinidade. Ainda em relação aos seus pares, havia a dificuldade da aceitação de homens serem comandados por mulheres.

A sua idealização deu-se como a colocação na instituição de um grupo que poderia permitir uma melhor socialização na Polícia Militar. Desta forma, o que cabe refletir é a multiplicidade de questões que envolvem a inserção da mulher na Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro. O impacto na sua subjetividade e as relações sociais que desenvolvem interna e externamente à organização são algumas dessas questões.

Poucos estudos tratam da presença feminina nas polícias militares e muito menos trata-se da constituição dessas mulheres em policiais e o perfil de sua saúde.

Embora tenha ocorrido um declínio na divisão sexuada do trabalho, ainda permanece, na hierarquia social, uma divisão do trabalho que parece estar relacionada à representação do trabalho feminino como subsidiário ao trabalho masculino, pela necessidade que essa ainda tem de conciliar suas responsabilidades das tarefas profissionais e domésticas.

Desta forma faz-se necessário que se busquem informações e que se proponham estudos sobre a presença dessas mulheres na polícia militar assim como as repercussões nas relações e no campo da saúde.

Ana Cristina Conceição, policial militar, fisioterapeuta e especialista em Saúde Pública